



Nas fronteiras da desumanização: a narrativa do medo como produto político e condutora das relações Eu-Outro no cenário das migrações¹

Meire Nery²

USP

Resumo

Em um mundo no qual as fronteiras se dissolvem, novas fronteiras têm sido criadas a fim de delimitar os espaços a serem ocupados por “nós” e por aqueles que nos são “estranhos”. Do mesmo modo, novas narrativas de controle, dominação e disputa de poder são criadas. O presente artigo, pautado no construtivismo social para a formação identitária, busca analisar a narrativa do medo como produto político e condutora das relações Eu-Outro no cenário das migrações.

Palavras-chave: Narrativa; humanização; migração; xenofobia

1. Introdução

O Homem é o protagonista da História, assumindo simultaneamente os papéis de fomentador e de sujeito no desenrolar dos acontecimentos que levaram e levam à evolução da sociedade. Assim, só partindo desta ideia é possível analisar e explicar o aumento dramático e imparável das migrações, que se processa à escala planetária, e cujas raízes mergulham na ordem econômica internacional construída no século passado, a partir da segunda metade da década de setenta.

Com efeito, a estratégia de construção dessa ordem econômica assentou na liberalização dos fluxos de mercadorias e de capitais, com o objetivo explícito de se

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação, consumo e novos fluxos políticos: ativismos, cosmopolitismos, práticas contra-hegemônicas, do 6º Encontro de GTs de Pós-Graduação - Comunicon, realizado nos dias 14 e 15 de outubro de 2016.

² Mestranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, área de concentração Interfaces Sociais da Comunicação, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Nassar de Oliveira. Membro do Grupo de Estudos de Novas Narrativas (GENN). Email: meireneri@usp.br



proporcionar melhores condições de vida às populações, através dos ganhos potenciados pelo aumento da eficiência dos mercados nacionais e internacionais.

Os autores desta estratégia esqueceram-se, no entanto, de algumas lições importantes da História. A primeira lição é que o funcionamento puro e duro da economia de mercado, se permite um aumento de eficiência, em termos de exploração de recursos, incluindo os recursos humanos, também produz diversos tipos de ineficiências, com destaque para a coesão do tecido social e até do tecido produtivo. Foi por causa destas ineficiências que surgiram as políticas econômicas e sociais. A segunda lição é que a competição exacerbada pelo domínio e subsequente exploração de recursos, à escala internacional, provoca conflitos que podem degenerar em guerras frias e quentes com trágicas consequências para as populações vitimadas. Por último, esqueceram-se de que as migrações humanas precederam o comércio internacional e que num mundo globalizado de livre circulação de mercadorias, capitais e até de ideias, não é possível confinar as populações aos limites de fronteiras, tantas vezes artificiais. Em suma, não se pode mais ignorar que as migrações são uma componente essencial do atual modelo de globalização e que, portanto, vieram para ficar.

Nos dias de hoje, o horizonte do imigrante não se restringe à cidade mais próxima, nem à capital do estado ou do país. Seu horizonte é o mundo - vislumbrado no cinema, na televisão, na comunicação entre parentes e amigos. O imigrante vive num mundo onde a globalização dispensa fronteiras, muda parâmetros diariamente, ostenta luxos, esbanja narrativas, estimula consumos, gera sonhos e, finalmente, cria expectativas de uma vida melhor. Entretanto, a globalização é parcial e inacabada, e isso afeta as migrações de várias maneiras.

O dinamismo e a força principal da globalização residem na integração econômica, forjada, imposta e gerenciada pelas regras do liberalismo. Essas regras, porém, são seguidas seletivamente pelos próprios países que as promovem. O resultado é que a globalização apresenta dificuldades e morosidades no cumprimento de suas promessas. Muitos países crescem pouco ou nada e, enquanto isso, as disparidades entre ricos e pobres aumentam. Tais desigualdades contribuem para aumentar o desejo, e até



mesmo a necessidade, de migrar para outros países. Somam-se a estes os refugiados que vão para outro país por uma questão de sobrevivência, em razão de perseguição política, guerras, genocídios etc.

As migrações são uma componente essencial do atual modelo de globalização, pois num contexto econômico internacional de livre circulação de mercadorias, de capitais e até de ideias, não é possível confinar as populações aos limites das fronteiras. A angústia da sociedade contemporânea no sentido de reverter o caos social vivido atualmente nos remete à reflexão de que o homem não se resume a si mesmo, nem aos seus interesses, mas se constrói cotidianamente em interação com o outro (HELLER, 2000). Neste sentido é a sociedade que humaniza os homens. No entanto, essa mesma sociedade pode desumanizar o humano.

2. Entre velhas e novas fronteiras

A noção de fronteira remete originalmente à ideia de limite, resultante da afirmação da soberania de um Estado sobre um determinado espaço. Portanto, trata-se dos limites político-geográficos que conformam os territórios nacionais, dentro dos quais se organizam os diversos aspectos da vida social e do Estado, constituindo uma dinâmica referida a um momento histórico determinado. As áreas de fronteira incorporam um caráter contraditório, pois, ao mesmo tempo em que separam nações, ressaltando suas identidades, podem também diluí-las, já que, enquanto primeira porção de tangência, trazem a potencialidade de expressar também um espaço de identificações. As fronteiras são, ainda, expressão de transformações que estão se gerando, concomitantemente, no contexto mundial, no interior das sociedades e nas relações de vizinhança.

Conforme Bourdieu, *"a fronteira, esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta: basta pensar na ação do sistema escolar em matéria de língua para ver que a vontade política pode desfazer o que a história tinha feito"* (BOURDIEU, 1989: 115). O autor refere-se ainda ao fato de que não existem critérios capazes de fundamentar as classificações em



regiões "naturais" separadas por fronteiras "naturais". Trata-se de representações, que podem estar embasadas em fatores objetivos - como ascendência, território, língua, religião, atividade econômica - ou subjetivos - como o sentimento de pertencimento.

A subjetividade é entendida como o espaço íntimo do indivíduo, ou seja, como ele "instala" a sua opinião ao que é dito (mundo interno) com o qual ele se relaciona com o mundo social (mundo externo), resultando tanto em marcas singulares na formação do indivíduo quanto na construção de crenças e valores compartilhados na dimensão cultural que vão constituir a experiência histórica e coletiva dos grupos e populações.

Do ponto de vista da sociologia e da psicologia construtivista, a subjetividade se refere ao campo de ação e representação dos sujeitos - sempre condicionados a circunstâncias históricas, políticas e culturais. Através da nossa subjetividade construímos um espaço relacional, ou seja, nos relacionamos com o "Outro". Este relacionamento nos insere dentro de esferas de representação social em que cada sujeito ocupa seu papel de agente dentro da sociedade. Estes sujeitos desempenham papéis diferentes de acordo com o ambiente e a situação em que se encontram, o que pode ser interpretado como ações de atores sociais. É importante enfatizar que os fazeres e as práticas estão ligados aos papéis desempenhados pelos sujeitos sociais, mas identidade compreende mais do que papéis: enquanto estes organizam funções, identidade é organização de significado (CASTELLS, 2000).

Segundo González-Rey (2003), a noção de subjetividade é um sistema complexo e plurideterminado, afetado pelo próprio curso da sociedade e das pessoas que a constituem, dentro do contínuo movimento das redes de relação que caracterizam o desenvolvimento social. A subjetividade se reorganiza interna e externamente na relação com o outro e com a cultura (GONZALEZ-REY, 2003). O contexto cultural tem o papel de regular as condições sociais de constituição do senso de si. As práticas socioculturais medeiam a formação da autoimagem e das significações acerca de si (LERNER; CASTELLINO, 2002). Destaca-se aí a centralidade das narrativas como instrumento de organização autoepistêmica da experiência subjetiva e social, conseqüentemente, da vida mental (BAMBERG, 2004a, 2004b; BRUNER, 1997; CHANDLER, 2000; WORTHAM, 2000).



A identidade de um grupo ou sujeito só se mantém válida se ele consegue legitimação diante da sociedade. Portanto, para o estudo identitário e sua relação com a humanização/desumanização, a figura do outro é imprescindível. *“Tudo o que fazemos, tudo o que somos, como sujeitos e atores no mundo social depende [...] de nossa relação com os outros: de como os vemos, os conhecemos, nos relacionamos com eles, nos importamos com eles ou os ignoramos”* (SILVERSTONE, 2002: 249). À medida que interajo com outros sujeitos minha própria subjetividade vai sendo construída. A resposta à pergunta “quem sou eu?” não é apenas uma questão de semelhança ou diferença, mas sim de interdependência e de interação que nos transforma no campo social (MOSCOVICI, 2005: 12). Esta concepção também pode ser encontrada na Antropologia:

“[...] se no passado o outro era de fato diferente, distante e compunha uma realidade diversa daquela de meu mundo, hoje, o longe é perto e o outro é também um mesmo, uma imagem do eu invertida no espelho, capaz de confundir certezas pois, não se trata mais de outros povos, outras línguas, outros costumes. O outro hoje, é próximo e familiar, mas não necessariamente é nosso conhecido” (GUSMÃO, 1999: 44-45).

A identidade pode ser vista como um arranjo mais ou menos estável, ao mesmo tempo durável e flexível, uma espécie de consenso provisório que se constrói acerca de uma gente social. Segundo Bauman (2005), a “identificação” se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um “nós” a que possam pedir acesso. As “novas” relações começam a interferir em nossas construções cotidianas, nossas práticas sociais, como forma de entendimento do mundo. Com isso, as identidades, antes consideradas seguras e estáveis, começam a fragmentar-se.

As narrativas têm poder agregador e desagregador. As narrativas presentes no seio das sociedades guiam nossas escolhas, decisões e comportamentos, ainda que nós não nos demos conta disto. Muitas vezes o que nos conduz é a maneira como organizamos a informação e a categorizamos, com base em nossos interesses pessoais, nos interesses dos grupos aos quais pertencemos, em nossa necessidade de



pertencimento social, entre outros. Entre os muitos critérios que utilizamos para categorizar a informação, há o essencialismo.

De acordo com Allport (1954), na vida cotidiana tendemos a agir como se as coisas tivessem essências ou naturezas fundamentais que fazem delas o que elas são. Esta tendência seria uma decorrência do princípio do mínimo esforço na organização das informações. A essencialização pode ser definida como um processo da categorização social caracterizado pela crença na existência de atributos imutáveis concernentes aos entes aos quais a categorização essencialista se aplica. Para o pensamento essencialista, a crença, expressa por quem categoriza, de que os membros de um mesmo grupo compartilham uma estrutura profunda que permite a sua diferenciação dos membros de outros grupos é um fator decisivo na adoção do raciocínio categórico durante as relações sociais (GELMAN; WELLMAN, 1991; MEDIN; GOLDSTONE; GENTNER, 1993; YZERBYT; ROCHER; SCHADRON, 1997).

Em nossa sociedade o problema da identidade tem se intensificado de forma intrigante. Vivemos em um mundo repleto de alternativas que inibem ou omitem nossas fraquezas com relação ao outro. O pertencimento, conceito atrelado ao de identidades, é alimentado constantemente pela prática da exclusão; ele integra os sujeitos ao mesmo tempo em que impõe e policia a fronteira entre “Nós” e “Eles”. Enquanto isso, o “identificar-se com” é dar abrigo a um destino desconhecido que não se pode influenciar, nem controlar (BAUMAN 2005: 28). A identificação é fator poderoso na estratificação, uma de suas dimensões mais divisivas e fortemente diferenciadoras. Em um dos pólos da hierarquia global, estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo. No outro pólo, abarrotam-se os que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não podem manifestar suas preferências, que são oprimidos por identidades aplicadas e impostas - identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam.

A Europa do final do século XX atingiu um alto padrão de integração política, economia e social com a criação da União Europeia. No entanto, a construção de um



modelo de unidade política marcada pela cooperação também trouxe o peso das diferenças do plano civil. Particularmente no plano social a UE tem se defrontado com imensos desafios que atravessam as questões transversais de segurança coletiva e a criação e anulação dos novos “estranhos”.

Para lidar com o estranho, o Estado moderno desenvolveu, segundo Bauman, duas estratégias complementares: a “assimilação” antropofágica e a “exclusão” antropológica. Na hipótese da “assimilação” os estranhos são devorados e incorporados ao tecido social pré-existente - algo muito parecido com o processo de tornar os diferentes semelhantes - onde algumas práticas desviantes da minoria são tratadas como anomalias aceitas até certo ponto pelo Estado. Já na hipótese da exclusão os estranhos são confinados dentro das paredes invisíveis dos guetos e segregados da comunidade (BAUMAN, 1998). “*Os estranhos eram, por definição, uma anomalia a ser retificada. Sua presença era a priori definida como temporária*” (BAUMAN, 1998:30). Caso não seja possível assimilar ou excluir os estranhos, a última opção é destruir fisicamente essa minoria. O problema é quando a minoria passa a se transformar na maioria e a suposta tolerância se transforma na intolerância mascarada por políticas paternalistas e unilaterais de assimilação e exclusão dos estranhos.

Atualmente a Europa se defronta com o dilema dos estranhos na forma do Estrangeiro (imigrantes ou refugiados). No entanto, essa questão não é nova. Os imigrantes ou cidadãos franceses na sua maioria de origem argelina ou marroquina ajudaram a libertar a França do jugo nazista e, mais tarde, a reconstruir e edificar as principais capitais, mas jamais foram tratados como iguais. A maior comunidade muçulmana na Europa encontra-se na França, onde 1 a 2 milhões vivem concentrados apenas na Grande Paris, principal palco das violentas manifestações de insubordinação civil. Atos de violência feitos em nome do Islã abalam os muçulmanos, porque aumentam ainda mais o preconceito contra a comunidade religiosa. Para a socióloga Françoise Lorcerie, especializada em religião, os atentados de 11 de setembro de 2001, em Nova York, também tiveram consequências na França. O terrorismo passou a ser imediatamente associado aos muçulmanos, o que



aumentou a pressão para leis de imigração e censura mais rígidas, afetando pessoas em qualquer ligação com o extremismo.

A França acreditava no sucesso, mesmo que parcial, das políticas de integração e assimilação dos estrangeiros. Segundo Bauman (1998) o projeto moderno prometia libertar os indivíduos da identidade herdada. Na última campanha presidencial, realizada em 2012, a questão dos imigrantes foi um tema polêmico. O discurso da extrema direita, liderado pela então candidata Marine Le Pen, era crítico à comunidade islâmica.

A xenofobia na Europa é um problema social e político que vem ganhando proporções cada vez maiores, gerando uma ampla discussão internacional sobre o assunto, e que se pauta na metanarrativa da identidade do continente. Em grego, “*xénos*” significa estrangeiro e “*phobos*”, “fobia”, ou seja, medo. É da junção dessas duas palavras que surgiu o termo xenofobia: medo ou aversão a tudo o que é estrangeiro - não apenas ao indivíduo, mas também a objetos, costumes, cultura, comida etc.

O sentimento, tratado até pela psiquiatria, sempre existiu, mas hoje está na pauta do dia por conta da crise migratória na Europa, onde alguns países fecharam suas fronteiras para barrar a entrada de refugiados vindos do Oriente Médio e da África. A guerra civil na Síria e em países africanos, como o Paquistão e a Nigéria, mais a ação do Estado Islâmico no Iraque expulsam milhares de pessoas de seus países. Para sobreviver elas colocam a vida em risco para chegar ao continente europeu. E a xenofobia se mostra em diversas narrativas.

Em 2015, o primeiro-ministro húngaro Viktor Orban declarou que os refugiados, sobretudo muçulmanos - obrigados a passar pela Hungria para fugir da guerra e dos ataques do Estado Islâmico na Síria e chegar à Alemanha - são uma ameaça às raízes cristãs da Europa. Uma cinegrafista húngara, que teria ligações com a extrema direita, chegou a ser filmada agredindo um refugiado. A Hungria, que tem o partido político de extrema-direita Jobbik, levantou um muro na fronteira com a Sérvia. Na Grécia, simpatizantes do partido neonazista Aurora Dourada entram em confronto com refugiados que chegam às ilhas gregas pelo mar. No leste da Alemanha, refugiados



foram atacados com violência na cidade de Dresden, cidade onde foi criado o movimento ultraconservador Pegida (Patriotas Europeus contra a Islamização do Ocidente). Em 2016, na Hungria, no dia em que se comemora a revolução de 1848-49, contra os Habsburgos, o Primeiro-ministro fez um discurso inflamado aos húngaros que o ouviam à chuva: “*Não vamos importar o crime, o terrorismo, a homofobia e o antissemitismo que incendeia as sinagogas*”.

Como podemos observar, num mundo de fronteiras dissolvidas e de continuidades rompidas, as velhas certezas da identidade têm sido postas em questão. As culturas são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura é uma narrativa, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas, ao produzir sentidos sobre a nação ou território, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades (HALL, 1992, *apud* HALL, 2014).

O que significa, então, ser europeu em um continente colorido não apenas pelas culturas de suas antigas colônias, mas também pelas culturas americana, japonesa e, agora, síria, africana etc.? A tentativa de escorar a Europa e reconstruir uma identidade que seja uma, unificada, e que “*filtre as ameaças da experiência social*” (SENNET, 1971:15) está baseada no “*racismo cultural*” (HALL, 2011) e, é evidente, em partidos políticos legais, tanto de direita quanto de esquerda, e em movimentos políticos mais extremistas. A União Européia é a imagem mais adiantada da interdependência nas relações internacionais.

A permeabilidade das fronteiras que decorre da segunda modernidade permite, por exemplo, integrar diferentes bases produtivas para construir o maior e mais moderno avião de passageiros do mundo. No entanto, algumas manifestações locais que caracterizam a sociedade do risco parecem apontar para um retorno das incertezas.

“Os mal-estares da modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual. Os mal-estares da pós-modernidade provêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais.” (BAUMAN, 1998:10).



Ao mesmo tempo em que a França equaliza as questões de foro econômico e político - com as demais 27 nações que compõe a União Européia -, o país enfrenta desde 2005 a maior onda de violência e desobediência civil de sua história recente. Nos últimos anos, quase todos os países membros da UE se defrontaram de uma forma ou de outra com o dilema da imigração e a constituição dos seus estranhos.

Muitos imigrantes ou filhos de imigrantes naturalizados cidadãos franceses vivem isolados em guetos com os mesmos direitos que em princípio a constituição garante, mas sem gozar na prática das mesmas oportunidades. O gueto, segundo Bauman, quer dizer a impossibilidade de comunidade: *“Um gueto não é um viveiro de sentimentos comunitários. É, ao contrário, um laboratório de desintegração social, de atomização e de anomia”* (BAUMAN, 2003:111).

O terrorismo internacional pode se apropriar desse cenário de reflexão e mal-estar para recrutar indivíduos insatisfeitos ou descontentes com os rumos da modernidade, assim como muitos Estados - notoriamente os EUA - têm sistematicamente se apropriado da narrativa do medo para se lançar na guerra contra as minorias étnicas, o terrorismo e a insegurança.

A narrativa do medo possui uma forte função social e de criação de uma supremacia identitária. Para Bauman, há três formas do medo afligir as pessoas em nossa sociedade líquida: 1) pelo medo de não conseguir garantir o futuro, de não conseguir trabalhar ou ter qualquer tipo de sustento, 2) pelo medo de não conseguir se fixar na estrutura social, que significa, basicamente, o medo de perder a posição que se ocupa, de cair para posições vulneráveis e 3) o medo em torno da integridade física. Bauman também toma o conceito de “medo derivado”. Ao contrário do medo primário (medo da morte), o medo derivado (que é secundário) é um medo inculcado socialmente. O terrorismo, embora seja um fato concreto, também pode ser considerado um medo inculcado socialmente por meio das narrativas que circulam na mídia sobre o tema e dos interesses por trás destas narrativas.

Ao longo da década de 90, os EUA acompanharam o desenvolvimento das ações terroristas imaginando que a principal ameaça aos interesses da nação emanava



de governos, e não de indivíduos isolados ou organizações não governamentais. O foco da política de segurança norte-americana era orientado para embates convencionais contra potências regionais como a China, ou os assim definidos “Estados Delinquentes” como a Coreia do Norte, o Irã e o Iraque. Pouca atenção se deu durante o governo Clinton ao pequeno Afeganistão - que faz fronteira com sete países entre eles o Paquistão, a China, e o Irã - ou ao crescente terrorismo transnacional.

O termo “Estado Delincente”, empregado pela ex-embaixadora dos EUA na ONU, Madeleine Albright, traduziu os princípios que nortearam os primeiros anos da política externa da gestão Clinton, entre 1993 a 2000. Albright partilhava a visão de que os Estados Unidos são donos de um caráter excepcional orientado pelos mais altos valores morais e universais e, portanto, possuem um papel especial a cumprir no sistema internacional. Segundo Albright, “*nós voamos mais alto, vemos de cima, e sabemos o que é melhor para o mundo*” (DUPAS, 2003:6). Os estadunidenses sempre foram internacionalistas, mas seu internacionalismo sempre foi subproduto de seu nacionalismo. Quando eles procuraram legitimidade para seus atos no exterior, não o procuraram em instituições supranacionais, mas em seus próprios princípios. É por isso que sempre foi tão fácil para tantos estadunidenses acreditar, como muitos ainda creem hoje, que ao promover os seus próprios interesses, promovem os interesses da humanidade (KAGAN, 2003: 89).

O terrorismo facilmente se tornou uma preocupação política fulcral para os Estados ocidentais porque os ataques terroristas destroem o mito liberal segundo o qual o Estado é capaz de assegurar a ordem e manter o controle territorial. A ausência de definição fixa para o ‘terrorismo’ permitiu que os elementos consensuais da violência intencional e indiscriminada fossem estendidos numa escala em que a retórica e as narrativas de securitização substituíram os conceitos essenciais. Assim, o terrorismo do 11 de Setembro provocou todo um processo de guerra por aproximação. “Guerra contra o terror” tornou-se a designação geral da estratégia adoptada pela Administração Bush para designar a luta dos EUA face ao terrorismo internacional, mais propriamente à entidade da qual foi vítima no 11 de Setembro, a Al-Qaeda, e associados.



Em 11 de setembro de 2001, os atentados às torres do *World Trade Center* e ao Pentágono mudaram o futuro da nação estadunidense. A partir desta data a palavra “terrorismo” passou a fazer parte do vocabulário de todos os cidadãos norte-americanos. O sentimento nacional, tão comum entre os estadunidenses, se fez presente depois dos atentados. E até em outros lugares do mundo a solidariedade contagiou as pessoas (PECEQUILO, 2013). Segundo Cristina S. Pecequilo, “*foi aberta uma nova era de ameaças aos Estados Unidos e ao mundo com foco no terrorismo e na necessidade de combatê-lo em nível global*” (PECEQUILO, 2013: 21) E por consequência, o medo deixou as pessoas mais suscetíveis às opiniões vindas da mídia (NACOS, 2007).

Atualmente, o medo é o ingrediente principal da narrativa na qual se baseia a disputa presidencial dos EUA em 2016. A retórica de Donald Trump sobre muçulmanos e mexicanos incendeia uma xenofobia coletiva. Na narrativa da campanha republicana, os mexicanos são estupradores e narcotraficantes e não há muçulmanos confiáveis. A adesão a narrativas como esta dá-se pelo fato de que “*politicamente crucial, em última análise, não é o risco em si mas a sua percepção. O que os homens sentem que é real, é real nas suas consequências*” (BECK, 2002). A partir do momento em que os indivíduos se sentem desamparados diante da simples hipótese da morte violenta, a teia social que sustenta todo desenvolvimento cultural e político começa a ruir, então, é preciso buscar amparo e proteção. Em um mundo de medo e incerteza, mesmo o mais fraco pode matar o mais forte; o medo da morte pode ser mais paralisante do que a própria morte (BARBER, 2005: 93).

O terror é a manutenção do status de tensão que justifica a manutenção da máquina de guerra norte-americana, através do conflito indeterminado contra um inimigo oculto. Essa condição de insegurança e violência exprime a dualidade criada entre o “bem” e o “mal”, assim como o embate entre “nós” (civilização) e “eles” (bárbaros) no âmago da guerra contra o terror. A barbárie não é apenas o avesso necessário para a consolidação da civilização. Na análise de Marilena Chauí (2004), é aquilo que a civilização engendra ao produzir-se a si mesma como cultura. O civilizado só se reconhece como civilizado em oposição ao bárbaro.



A falta de parâmetros para a decretação da assim concebida “guerra justa” contra o terrorismo cria um Estado de não-direito, regulariza a morte, banaliza a barbárie, alimenta o medo e as fantasmagorias, reaviva os velhos demônios, abala a moral e o humanismo (HATZFELD, 2005:65). O que observamos, portanto, é que embora as fronteiras geográficas se dissolvam no mundo globalizado, novas fronteiras são criadas psicológica e socialmente, no modo de ver o outro.

Referências

- ALLPORT, G.W. **The nature of prejudice**. 3ª Ed. Wokingham: Addison-Wesley, 1954/1979.
- BAMBERG, M. “Narrative discourse and identities”. In: MEISTER, J. C.; KINDT, T.; SCHERNUS, W. & STEIN, M. (Eds.). **Narratology beyond literary criticism**. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2004a, pp.213-237.
- BAMBERG, M. **Form and functions of “Slut-Bashing” in male identity constructions in 15-year-olds**. *Human Development*, 249, 331-353, 2004b.
- BARBER, Benjamin. **O Império do Medo**. Tradução de Renato Bittencourt. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade. A busca da segurança no mundo atual**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Tradução Mauro Gama e Claudia M. Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- BECK, Ulrich. **O Estado Cosmopolita. Para uma utopia realista**. Tradução Adriana Bebiano, 2002. Artigo publicado originalmente no Der Spiegel, 2001, www.eurozine.com
- BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”. In; BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa; Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, cap.5.
- BRUNER, J. **Atos de significação**. (S. Costa, Trad.) Porto Alegre: ArtMed, 1997 (Trabalho original publicado em 1990).
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 3ª Edição, Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CHANDLER, M. “Surviving time: The persistence of identity in this culture and that”. In: **Culture & Psychology**, 6(2), 2000, pp. 209-23.



- CHAUI, Marilena. "Fundamentalismo Religioso: a questão do poder teológico Político" In: **Civilização e Barbárie**. Organização de Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- DUPAS, Gilberto. A nova doutrina de segurança internacional dos Estados Unidos e os impasses na governabilidade global. In: **Os Impasses da Globalização** (vol.1). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2003.
- DUPAS, Gilberto. "Fundamentos, contradições e conseqüências hegemônicas". In: **Política Externa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, vol.11, número 3.
- GELMAN, S. & WELLMAN, H. **Insides and essences: Early understandings of the non-obvious**. *Cognition*, 38, 1991, pp. 213-244.
- GONZÁLEZ-REY, Fernando. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Thomson, 2003.
- GUSMÃO, N. M. M.. Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), n. 107, jul. 1999, 41-77.
- HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- HATZFELD, Jean. **Uma temporada de facções**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- KAGAN, Robert. **Do Paraíso e do Poder**. Tradução de Jussara Simões. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2003.
- LERNER, R. M. & CASTELLINO, D. R. "Contemporary developmental theory and adolescence: Developmental systems and applied developmental science". In: **Journal of Adolescence Health**, 31(6), 2002, pp.122-135.
- MEDIN, D., GOLDSTONE, R., & GENTNER, D. **Respects for similarity**. *Psychological Review*, 44, 1993, pp. 69-81.
- MOSCOVICI, Serge. "Sobre a subjetividade social". In: SÁ, Celso Pereira de (org.). **Memória, imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora Museu da república, 2005.
- NACOS, Brigitte L. **Mass Mediated Terrorism: The central role of media in terrorism and counterterrorism**. 2ª ed. 2007. Rowman & Littlefield Publishers.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os Estados Unidos e o século XXI**. 1ªed. Editora Elsevier. 2012.
- SENNETT, R. **The Ideas of Disorder**. Harmondsworth: Penguin, 1971.
- WORTHAM, S. "Interactional positioning and narrative self-construction". In: **Narrative Inquiry**, 10(1), 2000, pp. 157-184.
- YZERBYT, V., ROCHER, S., & SCHADRON, G. Stereotype as explanations: a subjective essentialistic view of group perception. In: SPEARS, R.; OAKES, P.; ELLEMERS, N. & HASLAM, A. (Eds.). **The Psychology of stereotyping and group life**. Londres: Basil Blackwell, 1997, pp.20-50.